

CONHECIMENTO HISTÓRICO E CONHECIMENTO RACIONAL

Marcos César Seneda¹

Trata-se de distinção muito importante de Kant, sempre utilizada quando ele procura definir o conceito de filosofia. Conquanto dela não se sirva para comandar a separação radical das duas faculdades do ânimo, razão e sensibilidade, dela se utiliza para formar as noções de sistema e agregado, que são basilares para projetar o que designa por arquetônica. Contudo, dela Kant não se vale nem no contexto da classificação das representações (por exemplo, KrV B377) nem na formulação cognitiva teórica (por exemplo, na estética Transcendental ou na Analítica Transcendental). Seu papel sempre se mostra fecundo na fundamentação metafísica, ou seja, quando Kant discute, de modo zetético, a unidade sistemática da razão e a filosofia como disciplina racional. Quando se refere a essa distinção, Kant mostra-se ocupado não com a determinação do conhecimento, mas com sua aquisição, ou seja, não se trata aqui da maneira como o conhecimento é produzido objetivamente, mas sobretudo do modo pelo qual ele é adquirido subjetivamente.

Na *Crítica da razão pura* essa distinção (KrV B863-B865) aparece no terceiro capítulo da Doutrina Transcendental do Método, designado “A arquetônica da razão pura”. Mas ela é um *tópos* obrigatório dos cursos de lógica. Desse modo, se apresenta explicitamente não só na lógica de Jäsche oficializada por Kant (Log AA09: 22), mas também aparece nas lógicas Blomberg (V-Lo/Blomberg AA24: 49), Philippi (V-Lo/Philippi AA24: 343), Pölitz (V-Lo/Pölitz AA24: 531) Busolt (pV-Lo/Busolt AA24: 613-615), Dohna-Wundlacken (V-Lo/Dohna AA24: 697-698), Wiener (V-Lo/Wiener AA24: 797).

Conquanto Kant manuseie com desenvoltura essa distinção, acoplando-a com facilidade à sua divisão das faculdades, sua fonte originária parece ter sido Christian Wolff, que principia o *Discurso preliminar sobre a filosofia em geral* expondo a diferença entre os conhecimentos histórico, filosófico e matemático. Ao “*conhecimento* das coisas que são e se produzem [...]” (WOLFF, 1732, p. 2, §3), Wolff denomina histórico; ao “*conhecimento* da razão das coisas que

são ou se produzem”, Wolff denomina filosófico (WOLFF, 1732, p. 3, §6); e ao “conhecimento da quantidade das coisas” (WOLFF, 1732, p.6, §14), Wolff denomina matemático. Essas definições são simples, diretas e explícitas. Para nossos fins, destacamos duas características centrais, a saber: i) Wolff designa uma tríplice raiz do conhecimento humano, ii) indica, em acréscimo, que pode haver um conhecimento histórico tanto do conhecimento matemático quanto do conhecimento filosófico. Ambas as características estarão presentes no pensamento de Kant.

Kant preserva, a seu modo, a divisão de Wolff. Por um lado, do ponto de vista objetivo, divide o conhecimento humano em racional e empírico. Entre os conhecimentos racionais estão os por conceitos e por construção de conceitos. Entre os empíricos estão todos aqueles que dependem dos dados fornecidos pela sensibilidade. Por outro lado, Kant acolhe a tripartição de Wolff dentro de um gênero superior, que, do ponto de vista subjetivo, ou seja, da sua aquisição, divide o conhecimento em racional e histórico.

Ainda que o conhecimento histórico recubra as *res gestae*, ele abarca, em Wolff, muito mais do que aquilo que ainda hoje se entende por conhecimento histórico. Numa linguagem mais moderna, diríamos que tudo aquilo que é conversível em informação, sejam *data* sensíveis ou não sensíveis, materiais ou não materiais, constitui para Wolff o conhecimento histórico. A abrangência do termo histórico, designando todos os *data* de que se serve o pensamento, é um instrumento metodológico que Kant herda diretamente de Wolff. Na *Crítica da razão pura* (KrV B864), valendo-se dos ensinamentos de Wolff, Kant exemplifica que o conhecimento histórico pode ser construído por experiência imediata, por narração ou mediante ensinamento. Por isso Kant o designa por conhecimento a partir de dados (*ex datis*), porque ele se caracteriza pelo fato de que a cognição é produzida pela aquisição dos elementos que a compõem. No *Manual dos Cursos de Lógica Geral* (Log AA09: 22) Kant assinala duas fontes de conhecimento, uma objetiva e outra subjetiva. Os conhecimentos podem ser objetivamente extraídos de uma fonte racional ou empírica; e podem ser subjetivamente adquiridos ou aprendidos a partir de uma fonte racional ou histórica. Os exemplos traduzem de modo mais claro a reflexão do autor. Na *Lógica* de Jäsche, de modo bem simples, Kant exemplifica que o marinheiro que sabe utilizar uma tabela de navegação, sem estar apto para produzir seus cálculos, só historicamente domina esse tipo de conhecimento (Log AA09: 22), e isso lhe basta. O contraexemplo é fornecido com o estudioso da ciência jurídica, que, para exercê-la efetivamente, precisa dominá-la a partir de seus fundamentos. Assim, segundo Kant, toda a capacidade de reprodução de conteúdos a partir de dados caracterizaria um conhecimento histórico, da mesma forma que toda produção de conteúdos a partir de princípios comporia um conhecimento racional. Por isso Kant opera com a oposição *cognitio ex datis* e *cognitio ex principiis*.

É essa divisão bipartite da aquisição de conhecimento que acolhe a divisão tripartite de Wolff. Mesmo utilizando a distinção de Wolff, Kant tem em vista a separação entre conhecimento a priori e conhecimento a posteriori, como podemos ver na *Lógica* Busolt, em que Kant afirma que “todo o conhecimento está dividido em i) conhecimento *ex datis*, isto é *cognitio a posteriori*; ii) em conhecimento *ex principiis*, isto é, *cognitio a priori* ou conhecimento racional [das coisas] antes que nos sejam dadas” (pV-Lo/Busolt AA24: 613-614). Assim, Kant qualifica o conhecimento histórico como *cognitio ex datis* e o conhecimento racional como *cog-*

nitio ex principiis. Kant reduz, portanto, o conhecimento matemático e filosófico ao conhecimento a partir de princípios, e o conhecimento histórico ao conhecimento a partir de dados. É interessante que o fato de começar por uma divisão preliminar bipartite e convertê-la, a seguir, em uma divisão tripartite (que é a posição original de Wolff), traz recursos heurísticos bastante fecundos para a posição defendida por Kant.

Se estudarmos a oposição proposta por Kant somada à distinção elaborada por Wolff, percebemos claramente em sua base dois operadores metodológicos que aqui descreveremos com as noções de gradação e conversão. Assim, nenhum conhecimento é exclusivamente histórico ou estritamente racional, mas sempre há uma gradação entre os componentes que dão a tônica a um ou outro tipo de conhecimento. Ou seja, todo conhecimento tem de conjugá-los, adquirindo conteúdos a partir de dados e regulando-os a partir de princípios. Por outro lado, sempre é possível converter um conhecimento racional em histórico ou *vice versa*, seja organizando um conhecimento histórico a partir de princípios, seja transformando um conhecimento racional em conjunto de dados.

Essas duas noções operatórias dotam a enciclopédia dos saberes do século XVIII de um caráter orgânico e sistemático, pois, se podemos dividir todas as ciências pelo modo como operam com conhecimentos obtidos a partir de dados e a partir de princípios, é igualmente perceptível que essas não são noções estanques, pois integram todos os tipos de conhecimentos e podem principalmente ser conversíveis entre si. E quando aplicadas no contexto de produção de saberes científicos do ponto de vista do ensino-aprendizagem, esse modelo simples exhibe um potencial crítico, de viés iluminista, que é fecundo e penetrante. Dessas duas noções operatórias, de gradação e conversão, Kant se serve para encetar uma crítica ainda hoje bastante atual à tarefa do ensino-aprendizado de um sistema filosófico. Como a Filosofia é um conhecimento racional, que deve ser aprendido e exercitado a partir de princípios, torna-se inepto para exercê-la quem a tiver apreendido somente de um ângulo subjetivamente histórico, pois a terá convertido em uma técnica da exposição dos dados em que está registrado um sistema. O ensino e o aprendizado da filosofia, portanto, vai muito além do estudo de um sistema ou da leitura estrutural de qualquer texto filosófico. É isso que Kant quer dizer, quando afirma que alguém poderia “aprender filosofia sem poder filosofar” (Log AA09: 22), pois o lócus técnico do filósofo é a escola, mas sua posição fundamental só pode ser encontrada no mundo.

Nos *Cursos de Lógica Geral* essa distinção entre conhecimento histórico e conhecimento racional aparece de maneira técnica, e isso pode obliterar sua importância, uma vez que o escopo de Kant, pela própria limitação da matéria então lecionada, não poderia deixar de ser apenas propedêutico. Contudo essa distinção ganha relevo na *Crítica da razão pura*, pois é com ela que Kant principia o penúltimo capítulo dessa obra, “A arquetônica da razão pura” (KrV B860-879). Kant aí não se desvia do modo de apresentação levado a cabo nos cursos de Lógica. Para principiar a arquetônica, Kant remete-se ao ponto “em que se divide a raiz comum do nosso conhecimento, bifurcando-se em dois ramos, dos quais um é a razão” (KrV B863), o outro, a sensibilidade. Aqui temos igualmente duas fontes objetivas do conhecimento, contrapondo-se o racional ao empírico. Kant afirma que abstraindo desse conteúdo do conhecimento, objetivamente considerado, deparamo-nos, do ponto de vista subjetivo, com

a divisão entre conhecimento racional e conhecimento histórico. Comentando o problema da aquisição do conhecimento, Kant afirma que aquele que recebeu ensinamentos sobre o sistema de Wolff, a ponto de poder descrever seus elementos e indicar suas partes, não possui senão um conhecimento histórico da filosofia wolffiana (KrV B864). Igualmente, o próprio Wolff dizia que aquele que consegue expor apenas os resultados da filosofia natural de Newton, tem um domínio somente histórico dos dados que esse sistema fornece. Segue-se a isso um comentário de que um filósofo não pode se formar a partir da razão alheia, mas precisa haurir seus conhecimentos, do ponto de vista subjetivo, das fontes da própria razão. Ou seja, Kant retoma *ipsis litteris* a divisão proposta nos *Cursos de Lógica Geral*. Na *Lógica Pölitz*, Kant indica um caminho abreviado, que junte essas duas noções de racional e histórico. Kant aí afirma: “Um todo do conhecimento como agregado (*Aggregat*) é conhecimento comum. Um todo do conhecimento como sistema (*System*) é conhecimento douto” (V-Lo/Pölitz AA24: 531). Todo conhecimento adquirido como um agregado não deriva de um princípio metódico de unificação; todo conhecimento adquirido sistematicamente está submetido a um princípio de unificação subordinante. Na *Lógica Philippi*, Kant observa que “conhecimento racional não está aqui contraposto a irracional (*unvernünfftigen*) [...]” (V-Lo/Philippi AA24: 343), porque está tentando contrastar dois procedimentos metodológicos muito importantes. Para compreendê-los, precisamos, inicialmente, atentar para a dicotomia que opõe a subordinação, produzida na razão, à agregação, gerada na sensibilidade. Em segundo lugar, precisamos perceber que a agregação é o instrumento metodológico que converte quaisquer conjuntos de dados, sejam oriundos da sensibilidade ou do intelecto, em conhecimento histórico. Essa distinção proposta na *Lógica Philippi* indica duas coisas importantíssimas: i) que Kant considera essas duas noções, racional e histórico, como contrapostas; ii) e que o histórico, conquanto não-racional, não é por isso irracional, mas a designação metodológica do que se adquire por agregação. Por isso, o outro (*alter*) da noção de racional não é o irracional, mas o conhecimento que se adquire a partir de dados, ou seja, nos termos de Wolff e Kant, historicamente. Essa oposição, aparentemente técnica e insípida, entre o racional e o histórico, é muito importante, porque é ela que conduz à noção de sistema, que é o que está na mira de Kant tanto nos textos dos *Cursos de Lógica Geral* como no decurso da *Crítica da razão pura*.

Se isso ocorre, é porque essa dicotomia não se estabelece por uma cisão irreduzível, mas sempre guarda consigo a possibilidade de conversão do racional em histórico e do histórico em racional. Assim, se o aprendizado da filosofia somente pode ocorrer de um ponto de vista histórico, ela guarda consigo a possibilidade propositiva de orientar os saberes em direção à meta final da razão. São esses saberes heterônomos que deverão ser conduzidos por aquilo que aqui denominamos um princípio de unificação subordinante, cujo vértice pode adquirir um formato arquitetônico. Kant passa então à oposição entre dois conhecimentos racionais, a filosofia e a matemática, ou seja, entre conhecimento por conceitos e conhecimento por construção de conceitos. Com isso Kant quer mostrar, retornando à oposição entre conhecimentos racionais e históricos, que a filosofia pode ser convertida em um conjunto de dados, e pode então ser aprendida, de um ponto de vista subjetivo, somente como conhecimento histórico. Na *Lógica Busolt*, Kant expressa claramente essa certeza: “Na filosofia deve-se distinguir conhecimento objetivo e subjetivo. Objetivamente pode este conhecimento ser um conhecimento racional

(*eine Vernunft Erkenntniss*), a priori; subjetivamente a filosofia não pode ser nada além de um conhecimento histórico (*eine Historische Erkenntniss*)” (pV-Lo/Busolt AA24: 614-615). Porque retirou o conhecimento filosófico do campo da axiomatização, Kant expressa sua certeza de que a filosofia, em primeiro lugar, só pode ser conhecimento racional discursivo, e em segundo lugar, de que ela somente pode ser aprendida a partir dos outros sistemas filosóficos tomados como agregações de dados históricos. A matemática, ao contrário, não pode ser haurida de outra fonte a não ser da fonte axiomatizada e imediata da própria razão, podendo, então ser aprendida e ensinada a partir de princípios. Acerca disso, Kant afirma: “Dentre todas as ciências racionais (*a priori*) tão somente se pode, pois, aprender matemática, mas jamais filosofia (a não ser historicamente) [...]” (KrV B865). Na matemática as funções de aprender e ensinar se recobrem a partir de princípios (*ex principiis*), na filosofia essas funções não se recobrem, pois o racional acaba se convertendo em dados e o aprendizado então se dá somente de modo histórico (*ex datis*).

Tudo indica, à primeira vista, a supremacia da matemática em relação à filosofia. Primeiro, porque o ideal de ser uma ciência racional a partir de princípios pode ser executado no âmbito do ensino e no do aprendizado dessa disciplina. Em segundo lugar, porque a matemática opera com um grau de evidência que produz igualmente certeza imediata. A filosofia, por sua vez, sempre é forçada a converter o conhecimento racional em histórico no momento do seu aprendizado; soma-se a isso o fato de estar destituída do grau de certeza axiomática de quem pode exibir os objetos correspondentes às suas definições. Todo o destino da metafísica – seja ele avaliado para melhor ou para pior – está encerrado dentro dessa distinção: pois os conhecimentos por construção de conceitos devem poder ser exibidos na intuição, e são, portanto, conhecimentos intuitivos; enquanto os conhecimentos por conceitos não são exibíveis, dependem inteiramente do uso de noções ou ideias elaboradas pelas faculdades superiores, e são, portanto, conhecimentos discursivos.

A diferença crucial entre as duas ciências, que é capaz de alçar a filosofia para o ponto mais alto da projeção dos saberes, é o fato epistemológico de que só ela pode produzir unificação subordinante, a qual dá formato arquitetônico ao conjunto de todas as ciências. É a esse formato que Kant dá o nome de sistema, ao final dessa exposição: “O sistema (*System*) de todo conhecimento filosófico é então *filosofia*” (KrV B866). Mas esse sistema, em virtude da posição especial dessa ciência, não pode ser meramente técnico, ou seja, um agregado de fins particulares associados de modo arbitrário. Kant insiste que ele deve surgir de modo arquitetônico, isto é, “[...] em virtude de sua afinidade e de sua derivação de um único fim interno e supremo, que, antes de tudo, torna possível o todo [...]” (KrV B861). Essas são possivelmente as notas principais do conhecimento filosófico enquanto conhecimento racional (subordinante, sistematizador, arquitetônico), pois ele deve tudo abranger e unificar “a partir de um fim capital (*aus dem Hauptzwecke*) da razão” (KrV B861). Para caracterizar esse fim, Kant propõe a distinção entre unidade técnica e unidade arquitetônica da razão. De um lado, estão aqueles conhecimentos que podem ser elaborados por coordenação enquanto um agregado, os quais, por isso, têm caráter técnico, rapsódico e histórico. De outro lado, há os conhecimentos que podem esposar a forma de uma ideia a priori, isto é, que estão em conformidade com um projeto de autonomia extraído da razão por unificação sistemática e subordinante. Kant prioriza,

portanto, o sistema e o ângulo cognoscitivo que permita construí-lo. Mas a arte da angulação é aqui mais importante do que o sistema, porque ela esposa o formato de uma ciência que em lugar algum “é dada *in concreto*” (KrV B866). Aqui percebemos a força da definição inicial de Kant, porque o conhecimento histórico, no caso dessa ciência de formato arquitetônico, a filosofia, jamais pode ser eliminado do sistema, na medida em que a filosofia não pode ser encontrada fora das tentativas de filosofar. Sendo conhecimento discursivo, a filosofia não pode ser encontrada em uma fonte intuitiva pura e axiomatizada como a matemática. Por isso, do ponto de vista subjetivo racional, apenas se pode aprender a filosofar, uma vez que o aprendizado de toda a filosofia que já está dada somente poderia ser feito de modo histórico, o que poderia dar origem a um agregado, mas jamais ao formato arquitetônico exigido pelo sistema. Esse formato somente pode ser alcançado por um fim regulativo, que a razão projeta como uma virtualidade. Kant indica isso na *Lógica de Jäsche*: “A diretriz nesse sentido nos é dada pela Arquitetônica das ciências: um sistema segundo Ideias, no qual as ciências são consideradas por sua afinidade e por sua ligação sistemática relativamente a um todo do conhecimento, que interessa à humanidade” (Log AA09: 48-49). O fim supremo e prático é universal e racional, mas é privativo da humanidade, jamais pode ser derivado tecnicamente do agregado arbitrário formado pelo desdobramento das ciências. Portanto, a filosofia permanece como a ideia de uma ciência possível, cuja tarefa é fornecer um fio condutor zetético para subordinar todos os conhecimentos à meta final da razão.

É essa oposição entre conhecimentos históricos e conhecimentos racionais, rica em matizes operatórios, conforme aqui explanados, que permite a Kant definir a filosofia de um ponto de vista sistemático, afirmando que ela deve ser um conhecimento racional tanto no que tange objetivamente às suas fontes, quanto no que diz respeito, subjetivamente, ao problema até agora incontornável de que ela deve ser um modo de aprender a filosofar, descaracterizando-se seu fundamento sempre que a tarefa do filósofo é concebida somente como um modo técnico de reproduzir o conhecimento filosófico. E é com essa definição que Kant determina o estatuto zetético da Filosofia, que, mesmo sem nunca estar *dada*, sempre possui um objeto-problema, que é o fim projetável do sistema, posto na ordem da investigação.

RESUMO: Conquanto seja utilizada somente no terceiro capítulo da Doutrina Transcendental do Método, designado “A arquitetônica da razão pura”, a distinção entre conhecimento histórico e conhecimento racional é um topos básico das Lógicas de Kant, marcando a diacronia de suas reflexões metafísicas. No percurso aqui proposto para esclarecer essas duas noções, remontamos a Christian Wolff. Para situar a posição epistemológica da Filosofia, no *Discurso preliminar sobre a filosofia em geral*, Wolff explicita a diferença entre os conhecimentos histórico, filosófico e matemático, na tentativa de alocar toda a aquisição do nosso conhecimento no interior dessa tripartição. Kant acolhe essa divisão tripartite, mas vai reduzi-la à oposição entre conhecimento histórico e conhecimento racional, equacionando o conhecimento empírico com o histórico, e situando filosofia e matemática no interior do último modo de conhecimento. Procurou-se aqui mostrar que essas duas noções decisivas e contrapostas são conversíveis entre si, articulando-se no interior daquilo que Kant denomina uma arquitetônica. Mediante essa distinção, Kant procura um princípio metodológico de unificação, opondo as noções de agregação e subordinação, que darão origem às noções de agregado e sistema. Sendo ciência sistemática, a filosofia é projetada no vértice da disposição racional de todas as ciências, guardando consigo a responsabilidade de abrigar a meta final de todo o uso da razão humana.

PALAVRAS-CHAVE: Kant. Arquitetônica. Conhecimento histórico. Conhecimento Racional. Filosofia. Matemática.

ABSTRACT: Even though it is used only in the third chapter of The Transcendental Doctrine of Method entitled “The architectonic of pure reason” the distinction between historical and rational cognition is a basic topic in Kant’s logics and marks the diachrony of his metaphysical reflections. In the method proposed here to clarify these two notions, we go back to Christian Wolff. To situate his epistemological position of philosophy in his *Preliminary discourse on Philosophy in general*, Wolff explains the difference between historical, philosophical and mathematical knowledge in an effort to allocate all the acquisition of knowledge within this tripartition. Kant accepts this tripartite division but reduces it to the opposition between historical and rational cognition. He equates empirical and historical cognition and situates Philosophy and Mathematics within the latter mode of knowledge. Here, our aim is to show that these two decisive and opposing notions are mutually convertible and articulate within what Kant calls an Architectonics. Through this distinction, he seeks a methodological principle of unification, starting from the opposition between the notions of aggregation and subordination, thus originating notions such as aggregate and system. Philosophy, a systematic science, is projected at the vertex of the rational disposal of all the sciences, keeping with it the responsibility of harboring the ultimate goal of all use of human reason.

KEYWORDS: Kant. Architectonics. Historical cognition. Rational cognition. Philosophy. Mathematics.

REFERÊNCIAS / REFERENCES

DAVAL, Roger. *La métaphysique de Kant*. Perspectives sur la métaphysique de Kant d’après la théorie du schématisme. Paris: PUF, 1951.

ÉCOLE, Jean. *La métaphysique de Christian Wolff*. Hildesheim: Georg Olms, 1990. 2 Bd.

FICHANT, Michel. Introduction. In: KANT, Immanuel. *Recherche sur l’évidence des principes de la théologie naturelle et de la morale*. Paris: Vrin, 1973. p. 7-23.

FREULER, Léo. *Kant et la métaphysique speculative*. Paris: Vrin, 1992.

KANT, Immanuel. *Kant’s Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter, 1923.

_____. *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Tradução e apresentação de Fausto Castilho. Edição bilíngüe. Campinas: IFCH-UNICAMP; Uberlândia: EDUFU, 1998. [Edição de referência: _____. Logik, ein Handbuch zu Vorlesungen. Bd. 9, S. 11-150. In: *Kant’s Gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: W. de Gruyter, 1923.].

MALTER, Rudolf. L’analyse comme procédé de la métaphysique. L’opposition à la méthodologie wolffienne dans la *Preisschrift* de Kant em 1763 (1764). *Archives de Philosophie*, tome 42, cahier 4, p. 575-591, 1979.

MEERBOTE, Ralf. Philosophische Erkenntnis und Selbstvertrauen. *Kant-Studien*. v. 70, n. 1-4, p. 252-258, 1979.

WOLFF, Christian. *Philosophia Rationalis Sive Logica: Methodo Scientifica Pertractata Et Ad Usum Scientiarum Atque Vitae Aptata*. Praemittitur Discursus Praeliminaris De Philosophia In Genere. Francofurti e Lipsiae: Academiae Marburgensis, 1732.

